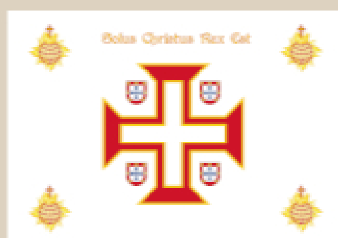
UM BISPO CONTRA A DEMOCRACIA CRISTÃ

A CARTA PASTORAL SOBRE A AÇÃO CATÓLICA E O PARTIDO POPULAR ITALIANO



Cardeal Tommaso Pio Boggiani



EDITORA RESTAURAÇÃO

Tradução: Gabriel Moreira
Revisão: Mateus Larsan e G. Lozer
Editoração: Cleber Silva



Tommaso Pio Boggiani O.P.
Bosco Marengo, 19 de janeiro de 1863 - Roma, 26 de fevereiro de 1942

Contribua

Nossa Editora prima pela divulgação do conhecimento, ajude a manter nosso trabalho.

Chave PIX



larsan.mateus@gmail.com

Carteira Nano



Só Cristo é Rei!



Sumário

1 Prefácio

Há no mundo documentos tão fundamentais e tão ricos que eles não se encontram acessíveis em lugar nenhum. Ninguém os conhece ou deles ouviu falar. Eles não estão disponíveis na internet, e não há referências a seu respeito. Esses costumam ser dos bons. Frequentemente, esses documentos não foram ?esquecidos?, mas sim enterrados, deliberadamente, sumidos!

Eu creio que este é precisamente o caso da carta pastoral do Cardeal Boggiani. Não me lembro de ter lido algo tão sintético e ao mesmo tempo tão devastador. Devastador, sim, porque esse é o efeito produzido por esta carta, e é justamente por isso que tiveram de enterrar tal tesouro durante um século no fundo das bibliotecas das dioceses italianas. Pela primeira vez à disposição do grande público, este documento da Igreja desmonta e quebra toda a falsa narrativa da democracia social liberal imposta pelos inimigos da Cruz e de Cristo. O seu autor é, sem dúvida, um cardeal verdadeiramente católico e intransigente na defesa da fé, interessado na integralidade da doutrina. Um bispo que não tem medo de desagradar o mundo, que não tem medo de denunciar o mal. Um bispo preocupado com a salvação de seu rebanho, ainda que seu clero se voltasse contra ele.

Dom Bogginani desmantela todo este faz de conta de que temos de apoiar o mal menor, de que, se não cedermos e militarmos em prol do menos ruim (que eu costumo chamar de ?diabinho?), então o reino das trevas se apoderará deste mundo (o ?diabão?).

Fica então o questionamento: a quem serve o interesse de castrar e esterilizar os católicos na luta política? A quem interessa amansar nosso povo e adestrar os vassalos de Maria Imaculada? Por qual razão tais clérigos e líderes leigos que alegam estar interessados na Tradição não apenas deixam de fomentar uma ação verdadeiramente católica, mas também roubam-lhe a possibilidade de o fazerem? Lutam por qual rei, se na primeira oportunidade se colocam de joelhos perante um maçom ou um liberal? Por Cristo? Por Cristo Rei?

Não, eles não lutam pelo reinado de Nosso Senhor. Eles não lutam pela Santa Cruz. Estão mais interessados em subir na vida do que em um combate católico sério. Acabar com o joguinho democrático? Para quê, se o gostoso na vida é ter um carguinho, se a vida boa é viver de oposição? Se Cristo vencer e triunfar, então que farão esses mornos? Que farão sem as politicagens baratas do dia a dia, sem uma live, sem um vídeo de denúncia, sem uma carreata?

Nós católicos, nós Restauracionistas, nós que buscamos viver a tradição que nos foi passada desde os Apóstolos não queremos concordatas nem acordos! Nós repudiamos toda essa modernidade anti-cristã e queremos ser livres das amarras desse mundo para trabalharmos VERDADEIRAMENTE pelo reinado de Nosso Senhor, sem falsas aparências. Nós queremos uma causa para sinceramente nos entregarmos e nos dedicarmos. Enfim, nós queremos ser livres para dizer de todo o coração:

Viva Cristo Rei! Só Cristo é Rei!

Mateus Larsan, S.C.R.E.
Líder da Ação Restauracionista

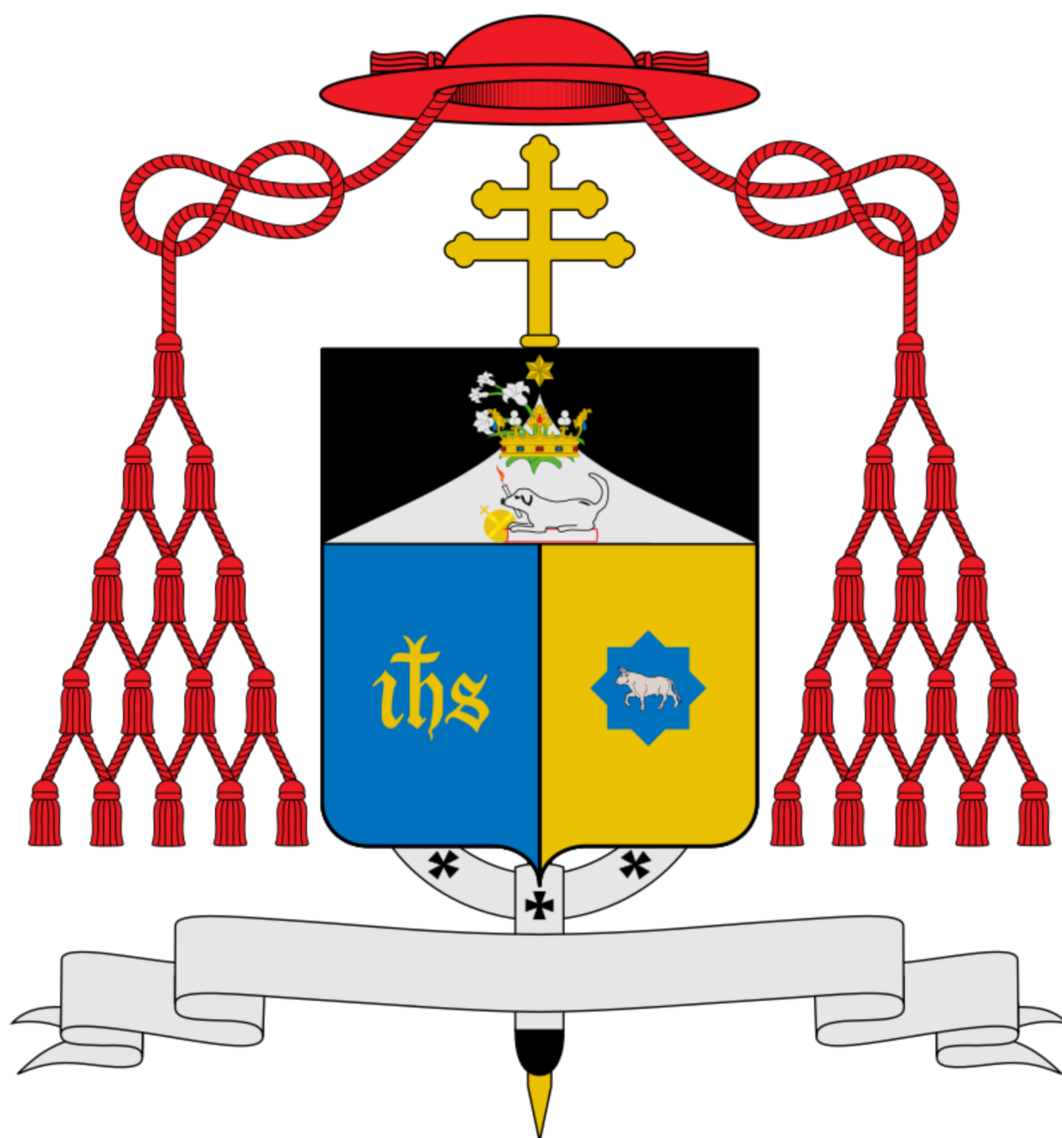
2 Introdução

Cardeal Tommaso Pio Boggiani nasceu em 19 de janeiro de 1863 em Bosco Marengo (Alessandria), cidade natal de São Pio V. Boggiani tinha grande estima pela figura de seu ilustre conterrâneo, cujos passos ele seguiu ao entrar no convento dominicano de Bosco. Os nomes dos santos padroeiros que escolheu ao se consagrar na Ordem dos Frades Dominicanos expressam seu ardente amor pela ortodoxia católica: São Tomás de Aquino, o grande teólogo, e São Pio V, o grande inquisidor e Papa tridentino. Depois de estudar nos conventos dominicanos de Chieri (Turim) e de Gratz, na Estíria, onde desempenhou várias funções, ele ensinou ciências sagradas por 16 anos em Gratz (onde retornou em 1897), em Constantinopla (onde se juntou a um grupo de missionários filhos de São Domingos e permaneceu por cinco anos), em Ragusa (1891, Prior e Regente de Estudos naquela Comunidade), e em Chieri (onde, em 1893, revisitou o convento de seu noviciado). Em 1900, tornou-se pároco da Igreja de Santa Maria de Castello em Gênova e, posteriormente, professor de Direito Público Eclesiástico na Pontifícia Faculdade de Direito e doutor agregado do Pontifício Colégio Teológico de São Tomás de Aquino na mesma cidade litorânea. São Pio X o nomeou Visitador Apostólico em vinte e três dioceses do norte da Itália, incluindo Milão, Bolonha e Verona, com a missão de erradicar os focos de modernismo. A visita inquisitorial às dioceses da Romanha foi particularmente difícil, onde muitos seguidores das novas doutrinas haviam se infiltrado. Nessa situação, a ação de Boggiani foi parcialmente anulada por outro cardeal, Domenico Svampa (1851-1907), arcebispo de Bolonha e anteriormente bispo de Forlì, que demonstrou uma obstinada e insensata indulgência com os padres que haviam abraçado as ideias modernistas.

Em 1908, o Padre Boggiani foi eleito bispo de Adria por São Pio X (onde foi recebido com pedras). Em 10 de janeiro de 1912, foi nomeado Arcebispo de Edessa e Delegado Apostólico no México. Ao retornar a Gênova, tornou-se Administrador Apostólico da Diocese (1914). Bento XV o tornou cardeal em 4 de dezembro de 1916. Em 1919, ele foi promovido a arcebispo de Gênova. Apenas dois anos depois, o Cardeal Boggiani renunciou devido ao forte conflito com a liderança do Partido Popular, que se mostrou não apenas não confessional, mas também anticlerical. O partido de Don Sturzo não perdoou Boggiani por esta carta pastoral de 1920, intitulada 'A Ação Católica e o Partido Popular Italiano', na qual o cardeal denunciou os erros e omissões encontrados no programa do PPI. Além disso, o Cardeal Boggiani proibiu os fiéis de participar ativamente na vida do partido e proibiu as associações católicas de ceder locais para reuniões. Os católicos integrais não deixaram de apoiar o Cardeal Boggiani: Monsenhor Benigni publicou um dossiê sobre a liderança genovesa do partido de Don Sturzo e Don de Töth. No 50º aniversário da profissão religiosa de Frei Tomás Pio, ele escreveu, referindo-se aos tumultuados dois anos em Ligúria, que "poucos bispos deixaram em tão pouco tempo uma quantidade maior de documentos de sabedoria e experiência" (Fé e Razão, de 22 a 29 de setembro de 1929). Em 1927, Pio XI o escolheu como legado papal no Congresso Eucarístico de Bolonha. Em 1929, ele se tornou Cardeal Bispo de Porto e Santa Rufina, e em 1935, foi nomeado Chanceler da Santa Igreja

Romana, cargo que ocupou até sua morte em Roma em 26 de fevereiro de 1942. Seu corpo repousa na igreja paroquial de Bosco Marengo, a cidade onde Boggiani quis construir um monumento em homenagem a São Pio V, inaugurado em 1936.

Sodalitium


ihs

TOMMASO PIO DA ORDEM DOS PREGADORES, TITULAR DA IGREJA DOS SANTOS Ciríaco E Julita DA SANTA IGREJA ROMANA.

CARDEAL SACERDOTE BOGGIANI PELA GRAÇA DE DEUS E DA SÉ APOSTÓLICA ARCEBISPO DE GÊNOVA

Aos Sacerdotes e ao Povo da Arquidiocese, Saudações e Bênçãos no Senhor.

Veneráveis irmãos e queridos filhos em Jesus Cristo!

3 As razões desta carta[1]:

Quando as coisas estão fora de ordem, há desordem; a desordem gera confusão e a confusão gera perturbação. Onde há perturbação, é muito difícil alcançar o bem e, certamente, não se alcança todo o bem desejado e pelo qual se trabalha. Portanto, é de extrema necessidade que, na medida do possível, as coisas sejam colocadas em seu devido lugar, para que haja ordem, e com a ordem, clareza, que elimine equívocos e permita aos voluntariosos realizar sua ação de forma que não falhe em seu propósito.

Agora, é um fato que, desde que surgiu o Partido Popular Italiano, gerou-se uma grande confusão nas ideias e, portanto, nas ações de muitos católicos, que o consideraram um partido católico e, portanto, como parte ou pelo menos como uma explicação da Ação Católica militante, que bons e zelosos católicos, obedecendo ao convite da Autoridade Eclesiástica, empreenderam para cooperar no retorno da Sociedade aos princípios cristãos e a Jesus Cristo.

Embora vozes autorizadas tenham imediatamente esclarecido as coisas e tenham exposto a verdadeira natureza do Partido Popular Italiano, e, recentemente, repetidos avisos tenham tentado esclarecer a verdadeira situação do referido partido em relação à Ação Católica militante, ainda assim, por uma série de razões, encontrando em grande parte o seu apoio na boa fé e na ignorância de um lado, e na vaidade e no interesse do outro, a confusão e o equívoco continuam de maneira muito séria, de forma que a "Azione Cattolica" propriamente dita será gravemente prejudicada, comprometida e envolvida em responsabilidades que, além de expô-la a sérios e perigosos desafios, tirarão grande parte de sua eficácia e a tornarão estéril. Isso sempre acontece quando as paixões e interesses humanos se misturam à obra de Deus; quando falta o verdadeiro espírito de fé e obediência, criam-se transações que sacrificam as ideias de Deus em prol das

[1] Somente após a escrita e impressão desta "Carta" na Revista D., nós vimos o panfleto "Os principais problemas do Partido Popular diante do Congresso de Nápoles (8 a 10 de abril)", assinado pelos advogados Vincenzo Del Giudice e Antonio Renier.

ideias do homem; quando se oscila entre os dois lados, tentando conciliar em nome de Deus o que é precisamente inconciliável em nome de Deus. Este é precisamente o grande equívoco dos nossos dias, um equívoco no qual muitas pessoas boas, inclusive do clero, caem e continuam a cair. Diante de tanta confusão e perigo, temendo que o joio que o inimigo humano espalha sobre o bom trigo o sufoque e torne infrutíferos os esforços da "Azione Cattolica" para seus nobres e santos ideais, e em resposta às repetidas perguntas de conselho e orientação feitas por muitos do nosso clero e leigos católicos, tanto masculinos quanto femininos, movidos apenas pelo gravíssimo dever que nosso ministério pastoral nos impõe, consideramos necessário falar clara e cuidadosamente ao nosso clero e leigos sobre este assunto, para que cada um que está sob nosso cuidado possa entender a verdade das coisas e seguir o caminho que a verdade exige. Sabemos muito bem que tratar desse assunto é algo intrinsecamente delicado, como tudo o que envolve paixões e interesses humanos, como tudo o que requer espírito de obediência e sacrifício, como tudo o que penetra no âmago de nosso ser para nos lembrar e nos impor nosso dever, nem sempre alinhado com nossas próprias ideias. Sabemos tudo isso e, portanto, não ficaríamos surpresos se nossa palavra fosse julgada de maneira diferente, contraditória e não fosse aceita ou seguida, mesmo por aqueles que, como todos os que se orgulham de serem chamados católicos, têm o grave dever de receber os ensinamentos e seguir os conselhos de seu Pastor. No entanto, não podemos nos calar diante de nosso dever que nos obriga a falar e diante da verdade que tem o direito de ser pregada pelo Pastor quando seus fiéis têm o dever de conhecê-la: "Não podemos fazer nada contra a verdade, mas apenas a favor da verdade" (1 Coríntios 13, 8), pois não podemos usar o poder de nosso ofício contra o que é verdadeiro, bom e justo, mas apenas para o estabelecimento da verdade, da virtude e para a salvação das almas. Além disso, também sabemos que, mais ou menos extenso, sempre existe em todos os lugares um solo fértil onde a semente lançada pelo Pai de família é bem recebida e produz bons frutos. Como dizem as Sagradas Escrituras, nunca faltam aqueles que, seja em pequeno ou grande número, são agraciados pela graça de Deus e estão predestinados a ouvir, aceitar e seguir a palavra da salvação.

Este solo fértil é amplamente encontrado em nossa Arquidiocese, e são numerosos aqueles que Deus predestinou a receber uma palavra que ecoa a convicção de uma mente e o desejo de uma vontade, que não desejam outra coisa senão o verdadeiro bem das almas e, neste bem, a glória de Deus.

4 A Ação Católica Militante

O que é a Ação Católica propriamente dita, ou seja, militante, foi claramente explicado em nossa carta do último Natal, publicada na Revista Diocesana, no número de janeiro do ano atual. Com essa carta, afirmamos na época que "os católicos se propõem reunir todas as suas forças vivas, a fim de combater com todos os meios justos e legais a suposta civilização anticristã e reparar de todas as maneiras os graves desequilíbrios que dela derivam;

reintroduzir Jesus Cristo na família, na escola e na sociedade; restabelecer o princípio da autoridade humana como representante da autoridade de Deus; ter em grande consideração os interesses do povo, especialmente da classe trabalhadora e agrícola, não apenas infundindo em todos os corações o princípio religioso, a única verdadeira fonte de consolo nas angústias da vida, mas também tentando secar suas lágrimas, suavizar seus sofrimentos, melhorar suas condições econômicas com medidas bem planejadas e trabalhar para que as leis públicas se baseiem na justiça e se corrijam ou se revoguem aquelas que se opõem à justiça; enfim, defender e apoiar com um espírito verdadeiramente católico os direitos de Deus em todas as coisas, assim como os direitos igualmente sagrados da Igreja e do Papa."

Acrescentamos que esta Ação é desejada e abençoada pela Igreja; que ela constitui um verdadeiro apostolado em honra e glória de Jesus Cristo; que todos os membros dela devem ser católicos exemplares, firmemente obedientes à Santa Sé e devotos da verdadeira piedade; que essa Ação não deve se limitar às obras externas e materiais, que são uma parte secundária, mas deve se manifestar especialmente na esfera religiosa, que é o fundamento e a base de todo o nosso bem-estar. Concluímos afirmando que esta Ação deve ser muito importante para todos aqueles que têm um verdadeiro zelo pela glória de Deus e pela salvação das almas, que deve ser especialmente promovida pelos sacerdotes, e que todos os que fazem parte dessa Ação devem professar explicitamente, com palavras e ações, seu amor, obediência e veneração ao Papa, o Chefe visível da Igreja e o Vicário de Deus na terra, o único vínculo pelo qual podemos estar unidos à Igreja e a Jesus Cristo.

5 O “ Partido Popular Italiano”[2]

5.1 As razões que deram origem ao novo partido

A ideia há muito sustentada por alguns publicistas católicos [jornalistas que além do jornalismo exercem outras funções/ têm outros empregos], de que a conquista do poder era a intenção da ação social pública dos católicos. Os seguidores das novas orientações, que gradualmente se infiltraram na ação social católica após a abolição da Opera dei Congressi, tentaram, aos poucos, seja devido às condições da época, seja por várias e complexas razões, transformá-la em uma espécie de ação política. Essa motivação de muitas circunstâncias sedutoras, de grande peso no orgulho humano, não estava profundamente enraizada na fé viva em Deus e nos interesses privados, ainda não superados pelo sincero amor a Jesus Cristo; circunstâncias sempre habilmente disfarçadas pela aparência de um maior bem religioso, social, doméstico e civil. O louvável e em si mesmo nobre intento de conter a Sociedade contemporânea do abismo em que inevitavelmente se encaminhava já há algum tempo, e que havia dado origem a sábias disposições da Santa Sé em relação ao acesso dos católicos italianos às urnas políticas, acesso regulamentado, além das condições gerais que devem sempre e universalmente guiar qualquer ação, inclusive política, dos católicos,

[2] A imprensa pública falou sobre o Partido Popular; Nós especialmente nos baseamos no que foi dito pela Civiltà Cattolica, L’Osservatore Romano e pelo Corriere d’Italia.

mesmo em determinadas condições especiais. As condições mutáveis, certamente não para melhor, nem antes, nem durante, nem depois da guerra; os males crescentes e mais generalizados; as condições sociais pioradas, com o perigo de uma subversão geral e uma revolução anárquica. O acaloramento das paixões políticas, tão prejudicial ao justo e equânime julgamento das coisas, e o obscurecimento e confusão das ideias, ocorridos até entre os católicos, devido à infiltração do liberalismo absorvido sem qualquer antídoto nas salas de aula das escolas públicas, na leitura imprudente e prejudicial de jornais de diferentes viés político, e nas publicações amplamente difusas por um patriotismo tão interessado quanto vazio e falacioso. A falta de um forte caráter católico, de desinteresse e lealdade política por parte daqueles que, inicialmente, se beneficiaram da concessão da Autoridade Eclesiástica, mas que não souberam responder com coragem na defesa do ordenamento religioso e moral, especialmente no que diz respeito à missão divina, inclusive social, da Igreja e do Pontificado Romano, aqueles que se mostravam destituídos de espírito generoso e magnânimo tinham o hábito de envolver, depois de terem se aproveitado dela, a Autoridade Eclesiástica. Eles atribuíam a essa Autoridade deslumbramentos e erros, reais ou supostos, daqueles que poderiam ter recebido dela algum mandato especial, a fim de posteriormente pregar a conveniência e a necessidade de libertar sua ação política de qualquer dependência em relação a essa Autoridade. Alguns dos eleitos pelos votos dos católicos se viram em dificuldades devido à sua falta de coragem e à ousadia de seus oponentes. Eles procuraram, de forma insincera e não generosa, atribuir a responsabilidade dessas dificuldades à Autoridade Eclesiástica, a fim de encontrar um pretexto para reivindicar maior liberdade de ação também nesse aspecto. Todos esses motivos deram origem à nova atitude que, diante dos males crescentes e generalizados, proclamando a insuficiência de dispensas particulares restritas a lugares e pessoas específicas, e afirmando, dada a necessidade das condições sociais pioradas, a necessidade e oportunidade de uma derrogação geral da lei que antes proibia a participação dos católicos na vida política, considerada muito perigosa na Itália, finalmente se concretizou, porém não sem ter, diante da autoridade eclesiástica, todas as aparências de um fato consumado, no novo partido Partido Popular Italiano.

6 Como o novo partido foi recebido pelos católicos.

A aparição do novo Partido Popular Italiano, cuja formação vinha sendo anunciada de forma quase misteriosa há algum tempo pelos jornalistas liberais e por seus amigos, com os quais os idealizadores, os redatores e os apoiadores do novo partido gostavam de compartilhar informações, foi naturalmente recebida de diferentes maneiras pelos católicos. Muitos, acostumados a penetrar no cerne das coisas e a não se deixar enganar pelas aparências mais sedutoras, viram no fato uma repetição da parábola do filho pródigo e entenderam suas consequências naturais, sacudindo a cabeça com tristeza. Eles eram a maioria, se não em número, certamente em experiência, competência e sinceridade de amor pela Igreja e pela Pátria. Outros, mais superficiais, impressionados pela novidade da situação e pela audácia

do fato, saudaram com um sorriso de complacência, embora com uma inquietação interior sobre o resultado final da aventura, a nova falange que, com o estandarte dos antigos cruzados, se aventurava por caminhos novos e perigosos em busca de um fim tão desejado e ansiado por todos, que é a restauração cristã da sociedade. Outros adotaram uma abordagem intermediária e, sem receber o novo partido com excessiva benevolência ou desconfiança exagerada, alguns optaram por adiar seu julgamento definitivo sobre o partido, esperando que ele provasse sua verdadeira natureza na prática. Eles se posicionaram, como disseram, "à janela", observando o que esses "irmãos parlamentares redimidos" fariam depois de tanta libertação. Outros, mais preocupados consigo mesmos do que com o bem comum, mostraram zelo apenas em segundo plano e viram imediatamente no Partido Popular uma nova e mais segura plataforma para subir e garantir os benefícios da ascensão. Eles proclamaram isso como a panaceia fácil, segura e universal para todos os males que afligem nossa pobre Pátria, tornando-se ardentes e incansáveis defensores e apóstolos do novo partido.

Outros ainda, mais imprudentes, mas levados pela franqueza devido à euforia dos felizes resultados de seus esforços, vieram imediatamente para justificar aqueles que haviam desaprovado o surgimento do novo partido e o celebraram como uma grande vitória sobre ideias e tradições retrógradas, como uma libertação da submissão da Igreja em assuntos civis, sociais e políticos. Eles o viram como uma libertação interna, não menos justa e benéfica do que a conquistada pelos irmãos italianos, os chamados irredentistas, no campo internacional. Por fim, outros, incluindo o principal idealizador e redator do novo partido, afirmaram que o Partido Popular era uma providência divina destinada a desvincular a Autoridade Eclesiástica (talvez da mesma forma que a Igreja foi aliviada do peso do poder temporal para ser mais livre em seu exercício de poder espiritual?) de toda responsabilidade no campo político. Isso ocorre porque o novo partido, embora afirmando a necessidade de uma restauração da sociedade com base cristã, não coloca a religião como uma característica partidária, ou seja, não adota Deus, Jesus Cristo, a Igreja ou o Papa como sua bandeira. A religião é mantida apenas como "conteúdo principal de diferenciação do partido em relação aos outros partidos que não abordam diretamente o problema religioso". Eles afirmam que, ao reivindicar igualdade de liberdade religiosa para todos os cultos, evitarão qualquer confusão que possa de alguma forma vincular a Santa Sé às ações do partido. Como se fosse possível promover a restauração cristã da sociedade relegando efetivamente Deus, Jesus Cristo, a Igreja e o Papa para segundo plano e concedendo iguais direitos à verdade e ao erro!

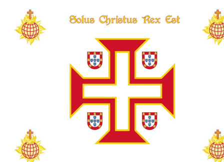
Oh, quanta confusão de ideias, quanta imprecisão de linguagem e quanta falta de lógica a paixão política pode levar em católicos de profissão e até mesmo em sacerdotes!

7 Como a Autoridade Eclesiástica recebeu o novo partido.

Quanto à Autoridade Eclesiástica, quando se encontrou diante do surgimento do Partido Popular, considerou a situação com apreensão. Visto que a condição angustiante da Sociedade contemporânea se assemelhava ao ápice de uma crise na enfermidade, que exigia remédios mais decisivos e extremos, ainda que perigosos, e levando em conta que hoje em dia os inconvenientes e perigos de sua intervenção no campo político, ou mesmo de uma aparência de participação, conivência ou consentimento direto ou indireto nesse campo, estão exacerbados, e que, em qualquer caso, mesmo que não fosse ouvida e obedecida, ela teria incorrido, devido à aparência contrária, como já frequentemente acontecera no passado, na censura por faltas que não eram suas e, com ainda mais frequência, em fatos, erros e imprecisões doutrinárias nas quais é fácil que leigos incompetentes incorram. Por outro lado, considerando que sua explícita desaprovação ao novo partido, que havia de fato se afirmado fora dela, não seria aceita ou acarretaria sobre a Santa Sé toda a odiosidade das consequências devidas à tristeza dos tempos, à suscetibilidade dos desautorizados e à má vontade dos inimigos da Igreja; e admitindo como verdadeira e leal a intenção expressa pelos idealizadores e apoiadores do partido de se inspirarem nos princípios do cristianismo e de colocar a consciência cristã como fundamento e guardiã da vida da Nação; e vendo afirmado no programa político-moral do partido o sagrado patrimônio das nações cristãs e persuadindo-se, como uma boa mãe, de que os novos homens estavam animados por boas intenções: a Autoridade Eclesiástica ficou em silêncio e não se opôs àqueles que quiseram assumir as graves responsabilidades da nova postura e entrar, com o novo partido, na arena da vida política na Itália, com a liberdade de enfrentar todos os riscos por sua própria conta e risco. No entanto, ela naturalmente reservou o direito, pois é seu dever inalienável, de intervir de forma autoritária quando a pureza da fé e da moral e os direitos da religião assim o exigirem. Dessa forma, estabelecido o fato, não desautorizado pela legítima Autoridade Eclesiástica, da existência do Partido Popular Italiano, era natural que o Comitê Central da União Eleitoral Católica, ao qual até então havia sido confiada a direção da participação dos católicos italianos nas urnas políticas, e cujo propósito estava, portanto, se encerrando, apresentasse suas demissões, e que a Diretoria da Ação Católica Italiana as aceitasse. Dessa forma, os católicos italianos entravam em uma situação completamente nova, pois, de fato, estava sendo deixada à sua livre iniciativa a ação estritamente política.







Ir para o Sumário

8 O Programa do Partido Popular.

O programa do novo partido certamente não pôde superar o critério inteiramente humano e a fraqueza da mentalidade daqueles que o conceberam e o trouxeram à vida.

Ele, enquanto de um lado não representa tudo o que deveria ter sido abertamente desejado pelas justas necessidades dos verdadeiros e sinceros católicos e deixa de lado completamente questões pelas quais os católicos invocam e devem invocar uma solução, por outro lado, inclui pontos e reivindicações de ordem moral, econômica, social e até mesmo estritamente política, aos quais os católicos não são de modo algum obrigados a aderir com base em seus princípios ou na evidência de aplicações lógicas dos mesmos princípios; pelo contrário, devem, tanto por uns quanto por outros, justamente discordar. Basta mencionar o que diz respeito às doutrinas morais e sociais da Igreja; à invocação da liberdade religiosa para todas as religiões, colocando-se assim abertamente ao lado dos liberais, reconhecendo os mesmos direitos à verdade e ao erro: à busca da paternidade[3] e ao voto feminino. Esses dois últimos pontos, certamente discutíveis de acordo com as doutrinas católicas e, portanto, não devem ser impostos às consciências católicas, não serão de modo algum capazes de proteger e preservar a integridade e a paz da família, nem a defesa dela contra todas as formas de divisão, dissolução e corrupção.

Naturalmente, com um programa dessa natureza e um apelo feito não para a clareza e precisão do discurso cristão, mas sim para o linguajar estridente, vazio e inútil dos neologismos contemporâneos; inspirado na filosofia moderna; com alusões inadequadas e, vindo de homens que se professam católicos e sacerdotes, insensatas referências à famosa e zombeteira soberania popular, com vagas alusões à bagagem doutrinária do liberalismo e da democracia vigente, e com a grave confusão de ideias que inevitavelmente decorre de tal linguagem; — bem poderia o secretário político do novo partido, mesmo sendo sacerdote, proclamar aos quatro ventos que o Partido Popular abria suas portas para todos, sem consideração às opiniões que qualquer pessoa pudesse ter, contanto que aceitasse o programa do partido. Esta declaração, de tamanha gravidade, enquanto certamente demonstra, para aqueles que têm olhos para ver e inteligência para compreender, a natureza do Partido Popular, deveria por si só ter o efeito de atrair todos para o novo partido, exceto os católicos verdadeiramente dignos desse nome! A natureza do Partido Popular A partir de tudo isso, e seguindo uma lógica estrita, chegamos às seguintes conclusões que nos mostram claramente a natureza do novo partido.

1. O Partido Popular não é, não se chama, e de forma alguma pode ser chamado de partido católico. Isso mesmo que ele pareça ter sido concebido e construído por pessoas católicas; elaborado com algum elemento do catolicismo, uma vez que seu programa é fundamentado em princípios cristãos genéricos; e direcionado principalmente para inscrever em suas fileiras os católicos, aos quais, em tempos tão difíceis para eles e extremamente difíceis para a Santa Sé, (no caso de uma posição contrária por parte dela)

[3]Não está claro nem no original a que paternidade se refere.

se quis abrir a qualquer custo uma passagem para a liberdade na vida política.

2. O Partito Popolare é um partido por natureza não confessional. E isso foi declarado pelos próprios idealizadores e criadores, que o queriam constituído fora de qualquer interferência da autoridade eclesiástica; que se declararam independente dela; que excluíram positivamente a religião como bandeira própria e abriram suas portas aos seguidores de qualquer fé. Ao fazerem isso, é importante notar que eles se privaram da maior força e eficácia que poderiam ter para alcançar a nobre intenção de trazer de volta o cristianismo à ordem social e se alinharam com aqueles que, embora com pretextos aparentemente válidos, na realidade têm vergonha de Deus e de Jesus Cristo, da Igreja e do Papa. Nem os pretextos aparentemente válidos pelos quais essa tática foi adotada são capazes de tranquilizar a consciência de quem é sinceramente e plenamente católico, nem libertarão o partido dessa fraqueza, que será a força de seus adversários políticos.

3. Com essa tática equivocada e infeliz, o Partito Popular coloca-se, na prática, entre aqueles que na vida pública prescindem de Deus. Portanto, apesar de seu propósito de considerar a consciência cristã como fundamento e salvaguarda da Nação, e de preservar tudo o que é um patrimônio sagrado das nações cristãs, o Partido Popular tomará o cuidado de não mencionar o nome santo de Deus em suas reuniões e nos salões parlamentares. Mesmo quando se tratar de frustrar e combater os projetos iníquos dos adversários, incluindo aqueles que são uma violação flagrante da lei santa do Senhor e de pontos fundamentais de nossa fé e moral, como o projeto de lei do divórcio, eles podem apresentar argumentos humanos, mas não terão a coragem de lembrar e proclamar abertamente o mandamento de Deus, cuja força, quer queiramos ou não, cada ser humano sente em seu íntimo, mesmo sendo liberal, socialista ou maçom.

4. O Partido Popular, formado fora do campo da Ação Católica militante, não é, portanto, de forma alguma o representante nem o porta-voz da nossa própria Ação Católica.

5. Portanto, os deputados eleitos com os votos do Partido Popular não podem se apresentar nas câmaras legislativas como representantes dos católicos, pois não possuem nem o mandato para fazê-lo, nem, com todo respeito, demonstraram ainda possuir a capacidade adequada para obtê-lo legitimamente e cumprir de forma frutífera.

6. Por fim, ao Partido Popular não é apenas negado o reconhecimento, mas é expressamente negado qualquer mandato para trabalhar na preparação e formação das consciências para a obra de restauração cristã da sociedade, uma obra que é própria da elevada e inteiramente materna missão da Igreja.

9 Gravidade dessas consequências.

Humilhantes, mas necessárias consequências do ideal, longe de ser perfeito e generoso, que se manifestou na constituição do Partido Popular! Ao se proclamar um partido político não confessional, com um programa que pode ser apoiado pelos seguidores de qualquer doutrina e de qualquer fé, às quais, portanto, foram abertas as portas do próprio partido; desprovido da força divina e sobrenatural que teria vindo da aceitação e defesa explícita de todas as verdades ensinadas pelo Filho de Deus, as únicas que podem verdadeiramente estabelecer a sociedade sobre as bases da justiça, ordem e paz; o Partido Popular se encontrará naturalmente obrigado por preocupações táticas, ora ao silêncio, ora a concessões, ora a compromissos que o colocarão em pé de igualdade com qualquer outro partido de homens, e terá que seguir os métodos de todos os outros partidos, sofrer as imposições, participar das derrotas. Hoje ele terá que se associar aos liberais, amanhã aos maçons, depois aos socialistas ou a qualquer outra coalizão, conforme a oportunidade possa sugerir; assim mendigando das coalizões humanas o apoio que sua própria fraqueza torna necessário, mas que poderia ter, seguro e invencível, na fortaleza do caráter cristão. E com quais resultados esses apoios serão mendigados? Com aqueles reservados para aqueles que confiam mais no homem do que em Deus, ou seja, acabar por ser o alvo dos partidos adversários, que o farão experimentar as desilusões mais amargas. E este é o destino reservado a todos aqueles que, por motivos políticos, fazem concessões no campo religioso, como demonstra geralmente a história da vida parlamentar de todas as nações e, em particular para nós, a história das sete décadas da vida parlamentar italiana. Qual comportamento, então, devem adotar os católicos em relação ao Partido Popular? Não é difícil responder depois do que foi estabelecido anteriormente. As Associações Católicas e o "Partido" As Associações que fazem parte da Ação Católica militante não podem de forma alguma, sem se destruírem, dar seu nome ao Partido Popular. Este ponto é evidente e não pode apresentar nenhuma dúvida. Neste sentido, são as instruções autoritariamente dadas a respeito. De fato, as Associações mencionadas são essencialmente e abertamente confessionais, atuam no contexto de organizações desejadas e abençoadas pela Santa Sé e são completamente dependentes dela e inteiramente obedientes a ela.

Elas todas ostentam manifestamente os nomes de Deus, de Jesus Cristo, nosso Redentor, da Igreja e do Papa em suas bandeiras; Elas todas fazem uma profissão explícita de trabalhar com o exemplo, com a palavra, com obras e com a oração para o triunfo dos direitos de Deus sobre os indivíduos, sobre a família e sobre a Sociedade, e para a reivindicação e proteção dos direitos da Igreja e do Papa; Elas todas trazem no coração, com o amor das falanges dos antigos Mártires, o santo Evangelho em toda a sua integridade, e o defendem, sem qualquer restrição, sem qualquer transação, sem qualquer compromisso com os adversários, a vinda à







terra, em toda a sua plenitude, do reino de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo. Como poderiam então as Associações Católicas dar o seu nome a um partido político que, se não é uma negação, é no entanto um silêncio estudado e perfeito de tudo o que para elas é vida? Como poderiam elas, ordenadas para operar fora e acima de qualquer partido, ansiosas por estender sua influência salutar a todos os homens, de qualquer partido sejam, conduzi-los a Jesus Cristo, ligar sua ação à de um partido cujo programa anularia o delas e do qual, portanto, deveriam seguir e compartilhar as miseráveis vicissitudes? Como poderiam elas, que devem refletir em si a ação superior, tranquila, pacífica e benéfica de Deus, se misturarem com um partido político que as arrastaria e envolveria em suas próprias responsabilidades puramente humanas, em suas provações e ódios, aos quais, por certa necessidade das coisas, todo partido político é sujeito por parte de seus adversários? Como poderiam as Associações católicas cumprir melhor sua missão, unindo-se (o que no nosso caso significaria se submeter) a um partido essencialmente aconfessional, surgido, na prática, fora da Autoridade eclesiástica, que age no perigosíssimo campo da política, senhor de si mesmo e livre, e, portanto, com o gravíssimo risco de sair do caminho correto, responsável pelas consequências de seus erros, e que, com o propósito de trabalhar para colocar a ordem social sobre bases cristãs, tornou-se ineficaz com um programa inspirado mais pelo temor do mundo do que pelo amor a Deus, a Jesus Cristo, à Igreja e ao Papa. Portanto, é manifesto que as Associações católicas não podem dar seu nome ao Partido Popular Italiano, mas, pelo contrário, devem cuidadosamente evitar qualquer coisa que possa ter sequer a aparência de participação nos trabalhos do partido ou qualquer tipo de conexão ou envolvimento com o próprio partido. E, consequentemente, todos os membros das nossas Associações Católicas, que nelas ocupam uma posição de superioridade, não podem e nunca devem aceitar e ocupar qualquer preeminência ou cargo no Partido

Popular, ainda que a ele tenham dado o seu nome. Os católicos individuais e o "Partido Popular". Mas o que devemos dizer sobre os católicos, considerados individualmente, em relação ao Partido Popular? Se considerarmos apenas a legitimidade de participar na vida política e votar, o novo estado de coisas publicamente criado na Itália com a formação do Partido Popular, com a consequente abolição na União Eleitoral Católica e com a tolerância, de fato, da Santa Sé, certamente os católicos italianos estão hoje livres para entrar na arena da vida política, votar e se afiliar a esse partido que suas consciências podem julgar merecedor de sua adesão e que, entre todos os outros, poderia hoje ser apenas o Partido Popular, que, apesar de todas as suas deficiências, faz pelo menos uma profissão explícita de trabalhar para colocar a ordem social sobre bases cristãs. Mas os católicos devem ser aconselhados a isso? Primeiro, vamos entender o que significa a palavra "aconselhar", e depois expressaremos claramente nosso pensamento a esse respeito. Aconselhar é: investigação sobre as ações e persuasão amigável. Portanto, aconselhar significa: depois de uma busca diligente da razão ter encontrado o que, levando em consideração todas as circunstâncias, é apropriado para a vida virtuosa do homem em relação a um fim específico, sugerir e propor a si mesmo e aos outros (aos outros por dever, se se tem cuidado e responsabilidade por

Contribua

Nossa Editora prima pela divulgação do conhecimento, ajude a manter nosso trabalho.

Chave PIX



larsan.mateus@gmail.com

Carteira Nano



Só Cristo é Rei!



eles, caso contrário, por espírito de caridade) para que seja considerado uma regra de ação naquela ordem de coisas e em relação a aquele fim específico, de modo a deixar claro que a sugestão deve ser aceita, executada e praticada, se quisermos ser racionais e virtuosos. Portanto, eu poderia aconselhar meus diocesanos a dar seu nome ao Partido Popular, ou seja, entrar em um partido onde eles podem se encontrar ao lado de liberais, maçons, protestantes, inimigos e zombadores de sua fé, de seu Deus e de seu Papa, já que o partido abriu suas portas para todos eles? Onde tudo será discutido sem começar com o sinal da cruz e a oração? Onde não será permitido falar claramente sobre os direitos de Deus, mesmo sobre a Sociedade, e os da Igreja e do Papa? Onde haverá dificuldade em invocar a lei santa de Deus e também apoiar-se nela para combater os projetos iníquos daqueles que sempre desejariam afastar o povo de Deus? Onde não se aceitaria a proposta de reivindicar tudo o que é mais importante para os verdadeiros e fervorosos católicos? Onde alguém que se atrevesse a levantar a voz nesse sentido seria imediatamente silenciado? Onde, devido a tantos elementos heterogêneos e opiniões divergentes, eles às vezes terão que participar de reuniões nas quais toda noção de comportamento cristão e educado pode ser deixada de lado? Onde, por disciplina a um partido que ainda não pode fornecer a garantia necessária de si mesmo, nem sempre a dos seus candidatos, os católicos podem se ver na necessidade de votar em pessoas que, seja por seus princípios, seja por seu caráter, não oferecem confiança alguma? Onde, às vezes, terão que testemunhar certas transações, certas tolerâncias que vão contra o senso católico, e ver apertos de mão públicos entre líderes do partido e pessoas especificamente excomungadas pela Igreja? Posso eu aconselhar tudo isso aos meus diocesanos e dizer a eles que, se não seguirem o meu conselho, não estão agindo como pessoas racionais e virtuosas? Certamente que não. Então, dirão, o que os católicos devem fazer? Eles devem ficar impassíveis e inertes diante do declínio da sociedade, da crescente secularização de nosso povo, da ruína de todos os nossos ideais sagrados? Naturalmente, se entrar no Partido Popular fosse a única maneira de alcançar nossos objetivos sagrados, poderíamos repetir o apelo que alguns distinguidos publicistas fizeram aos católicos desde o início, dizendo-lhes: entrem no Partido Popular, entrem, entrem. Mas isso não é o caso; na verdade, um ano e mais de existência do próprio Partido ainda não conseguiu de forma alguma demonstrar que seu caminho pode ser de alguma forma o caminho da salvação. O que os católicos devem fazer para alcançar a restauração cristã da sociedade, impedir a contínua secularização de nosso povo e obter a vitória dos ideais sagrados que são tão caros a todos os bons, eles sabem muito bem. Eles sabem isso através do catecismo, sabem pelas explicações do Evangelho e pelas instruções dominicais de seus pastores, sabem através dos ensinamentos da Igreja, dos Papas e dos Santos; eles sabem através da história, sempre uma grande escola da vida humana. Todos esses ensinamentos nós resumimos e recordamos aos nossos diocesanos em nossa Carta Pastoral intitulada "Pelo retorno da sociedade a Deus", que lhes foi dirigida em abril passado, na data da festa do grande cavaleiro de Jesus Cristo e padroeiro de nossa cidade: São Jorge. Mas alguém poderia ainda dizer que muitos católicos de hoje em dia não compreendem mais essa linguagem, enquanto entendem e seguem de bom grado os

novos ensinamentos que apontam para um caminho mais amplo, mais confortável e mais conforme às necessidades da vida moderna, que agora dispensa a austeridade, o caráter, os sacrifícios, a pureza da fé e a vivacidade do senso cristão que compunham a vida e a felicidade de nossos antepassados. Infelizmente, isso é verdade e é motivo de grande tristeza. No entanto, é importante lembrar que as novas abordagens certamente não levarão à vitória dos ideais sagrados dos filhos de Deus. Qualquer ilusão a esse respeito é inútil e tola. Desde o momento em que essas novas abordagens começaram a ser apreciadas, as ruínas começaram, e essas ruínas têm aumentado em número e gravidade à medida que, seguindo essas novas abordagens, nos afastamos de Deus. Isso sempre acontece quando se abandona Deus para seguir o homem. Mas então, o que devemos dizer sobre tantos bons católicos e até mesmo membros do clero que deram seu nome ao Partito Popolare e trabalham por ele? Se todos aqueles que, aproveitando a liberdade atualmente concedida aos católicos italianos para ingressar na arena política, deram ou estão dando seu nome ao Partito Popolare o fizeram ou o fazem para impedir que os elementos heterogêneos, aos quais as portas do partido foram abertas, o desviem até mesmo da base cristã sobre a qual ele construiu seu programa, para evitar interferências do governo, bancos e jornais na gestão dos assuntos do partido, para afirmar cada vez mais os princípios francamente católicos no partido e fazê-los prevalecer, para introduzir gradualmente no partido a sinceridade católica e o caráter católico que ele ainda não possui completamente, para influenciar a Direção do Partito a escolher candidatos parlamentares de fé, desinteresse e sacrifício, que compreendam a altura e a santidade de seu mandato e o cumpram na presença de Deus sem deserções, covardia ou fraquezas, para garantir que o partido corajosamente se livre de todas as suas deficiências, que ostente claramente o Thau[4] , o sinal dos filhos de Deus em sua testa, e assim se torne digno e capaz de operar e alcançar o objetivo que afirma ter se proposto, ou seja, a reorganização social com base cristã. Se todos esses nobres e santos objetivos levaram todos os católicos, clérigos e leigos, que ingressaram no partido, a dar seu nome a ele, então eles podem ser elogiados. No entanto, todos eles devem se lembrar de que não fizeram tudo apenas se afiliando ao Partito Popolare. Pelo contrário, como fica claro no que foi dito, eles têm um grande, difícil, corajoso e constante trabalho a realizar se quiserem verdadeiramente merecer esse elogio e não ficar um dia amargamente desapontados, confusos e arrependidos. Mas alguém ainda pode argumentar que, nos tempos difíceis em que nos encontramos, se nos apresentarmos na arena política de forma aberta com todo o programa católico, não seremos ouvidos de forma alguma e nunca poderemos obter nada. Enquanto, apresentando-nos por enquanto com um programa limitado que pode ser aceito até mesmo por outros partidos, começaremos a obter algo facilmente e, assim, poderemos gradualmente alcançar nosso objetivo final, ou seja, a implementação do programa católico completo. Portanto, julgamos ser uma necessidade adotar essa forma indistinta e não desfraldar ainda nossa bandeira abertamente. A essa dificuldade, respondemos que, certamente, a tática usada pelos Apóstolos e por todos

[4]A letra "Thau" é a última letra do alfabeto hebraico e é frequentemente associada ao simbolismo religioso. No contexto religioso judaico, "Thau" é ocasionalmente considerado como um sinal de proteção ou um símbolo de devoção a Deus.

os apologistas que, desde Justino em diante, enfrentaram inimigos e situações muito mais tristes e graves do que aquelas que nós temos que enfrentar, foi diferente. Eles entraram na arena de forma aberta, confiantes no nome de Deus e em seu Evangelho, não usaram reticências, não fizeram compromissos, não esperavam ou temiam nada dos homens. Firmes na fé que tinham em Deus, na santidade de sua causa e animados pelo grande amor que os levava a querer compartilhar com o próximo os tesouros divinos da verdade e da santidade cristã, eles lutaram corajosamente pela causa divina.

E o resultado de suas lutas, o efeito de sua coragem divina, todos nós conhecemos: o mundo se tornou cristão e permaneceu assim por muitos séculos. Agora, a fraqueza de nossa fé e nossa caridade deficiente nos sugeriram outros caminhos, e não apenas hoje. São os caminhos que chamaremos de neutros, os caminhos que convêm aos tímidos, aos pobres de espírito, aos carentes de caráter. Há anos que os tímidos, os pobres de espírito, os carentes de caráter têm entrado nesses novos caminhos e têm lutado por uma causa santa; mas com que resultado? Como explicar que, após tantos anos de trabalho e esforço, após tantas publicações, discursos, obras de piedade e caridade, tantos anais de beneficência, tantas criações dispendiosas, ainda não conseguimos colocar a sociedade no caminho certo; em vez disso, estamos enfrentando a situação mais ameaçadora? Como explicar que os homens mais respeitáveis, os publicistas e economistas mais distintos, mesmo dispondo de todos os meios do poder público, falham completamente em suas empreitadas? Como explicar que até mesmo a ação daqueles que corajosamente voltam ao campo por essa nobre causa não inspira confiança sólida, embora eles usem o glorioso sinal dos antigos cruzados?

Isso se explica facilmente dizendo que, em todo esse trabalho, abandonamos os caminhos ensinados por Deus e seguimos os caminhos sugeridos pelos homens, caminhos que não são suficientes para nos levar ao objetivo. Essa é a verdade. Há ainda uma última dificuldade. Se nos apresentássemos no campo da vida política e nas câmaras parlamentares com um programa abertamente e completamente católico, dizem, comprometeríamos gravemente a própria religião, a Igreja e a Santa Sé. E é precisamente isso que queremos evitar. Nós, católicos, pretendemos abordar a política da mesma forma que o comerciante católico aborda o comércio. E assim como o comerciante, embora se inspire nos princípios católicos e os siga, não exerce o comércio em nome da religião nem faz uma profissão contínua e explícita de sua fé; assim também pretendemos agir na vida política. Pretendemos colocar nossas forças a serviço da sociedade, realizando uma política fundamentada no cristianismo; no entanto, não queremos comprometer nossa ação com declarações, profissões e programas de fé religiosa, porque não acreditamos sermos obrigados a isso, uma vez que a política é independente da fé religiosa, e não acreditamos que isso seja benéfico para a religião em si, para a Igreja e para a Santa Sé. Caso reivindiquemos o que a religião, a Igreja e a Santa Sé têm direito a reivindicar, seremos considerados como mandatários da Igreja e da Santa Sé, e nossos opositores poderiam direcionar contra ela sua raiva e violência. E isso, como já dissemos, é precisamente o que queremos evitar. Não é difícil responder a essa dificuldade, na qual há muita aparência e uma confusão muito grave e perigosa em poucas palavras. Em

primeiro lugar, é evidente que os princípios e ensinamentos do Evangelho, que constituem a única verdadeira religião, a Católica, não dependem nem da Igreja nem da Santa Sé. Eles expressam a vontade de Deus, superior a todos e à qual todos devem se submeter, mesmo aqueles que pretendem viver sem Deus; a Igreja e a Santa Sé (que representa o governo supremo da Igreja) têm o grave dever de preservar, defender e apresentar o Evangelho à humanidade como o único caminho de bem e salvação para indivíduos e a sociedade. Portanto, aqueles católicos que afirmam entrar no campo da vida pública e política com o objetivo de restaurar a ordem social com base nos princípios cristãos devem absolutamente proclamar em voz alta, defender com todas as suas forças e fazer prevalecer na medida do possível os princípios do Evangelho, sob pena de falhar em seu objetivo. E os princípios do Evangelho devem ser proclamados, defendidos e promovidos não como eles são aceitos e interpretados, depois de terem passado pelo crivo de seu julgamento privado, pelos alemães, ingleses, americanos e todas as outras seitas que romperam o vínculo de sua união com a verdadeira Igreja de Jesus Cristo, embora gostem de se chamar cristãos e declarem seguir o Evangelho; mas sim como o Evangelho é proposto e explicado pelo magistério da Igreja Católica Apostólica Romana, magistério que se concentra no Papa. Este é o dever dos católicos atuando na vida pública, um dever imposto pela própria natureza das coisas, ou seja, por Deus. E com isso, ninguém com um mínimo de entendimento poderá censurá-los por agirem como católicos, como vocês proclamam ser, e acreditar seriamente que vocês agem como representantes da Igreja e da Santa Sé, e, como consequência, comprometem-nas com sua ação. Isso é apenas o medo de vocês, um medo infelizmente valorizado, porque parece que isso os isenta legitimamente das graves responsabilidades que assumiram ao entrar no campo da vida pública e política. Oh, seus adversários políticos sabem muito bem o que o dever de um verdadeiro católico significa, e, embora discordem das doutrinas católicas, são os primeiros a exigir, e com razão, que vocês se comportem como católicos. Eles dizem isso precisamente quando vocês tentam ganhar sua benevolência ou merecer sua tolerância com declarações e protestos de sabor mais ou menos liberal, e eles abertamente dizem que não acreditam em vocês, chamando-os de hipócritas. Os seus adversários políticos sabem muito bem que, se vocês forem verdadeiramente católicos, como se proclamam, não podem abraçar a fácil teoria da dupla personalidade, uma mais ou menos secular, ou seja, ateísta, na vida pública, e a outra religiosa na privada. Eles sabem que vocês não podem deixar de combater todas as leis injustas ou planos iníquos que se opõem à doutrina católica e sabem que vocês devem fazê-lo em nome de Deus, porque é Deus quem os comanda no Evangelho. Os seus adversários políticos sabem que, se vocês forem verdadeiros católicos, como afirmam ser, devem amar, desejar e promover a liberdade da Igreja e a do Papa. Eles sabem que vocês não podem e não devem aprovar o fato consumado de Roma ter sido arrancada do Papa, o maior erro histórico, político e social dos últimos cinquenta anos, como confessam muitos dos próprios liberais. Eles sabem que, se vocês forem verdadeiros católicos, devem considerar que a chamada Questão Romana está mais viva do que nunca, especialmente após a triste experiência da terrível guerra passada. Eles também sabem que os católicos, ao rei-

vindicarem a liberdade da Igreja e do Papa, de forma alguma se opõem ao bem desta pátria nossa, mas, pelo contrário, promovem o verdadeiro benefício dela, a paz e a tranquilidade. Pois eles sabem, e estão convencidos disso, não importa o que digam em contrário, que a Igreja e o Papa, embora exijam, como é seu estrito dever, a liberdade que Deus, compreendam bem, que Deus lhes deu, são os primeiros, a Igreja e o Papa, a desejá-la de tal forma que seja a própria Itália a desfrutá-la em primeiro lugar, com toda a abundância e em todos os aspectos, dos efeitos benéficos e salutares. E eles também sabem que vocês, pensando, falando e agindo assim, estão cumprindo seu dever, um dever imposto por Deus, porque imposto pelo Evangelho. E eles não acreditariam em vocês se dissessem o contrário. Eles sabem ainda, seus adversários políticos, que se vocês não cumprissem todos esses deveres que assumiram ao entrar na vida pública como católicos, nem a sua consciência, nem a Igreja, nem a Santa Sé poderiam aprová-los. Mas eles próprios compreendem que seriam tolos se se colocassem a lutar ainda mais contra a Igreja e a Santa Sé, porque vocês estão cumprindo unicamente o seu dever de cidadãos católicos. Se fizessem isso, seria na verdade um reflexo, como sempre, de sua vontade perversa. Vamos dizer claramente: aquele que compromete a Igreja e a Santa Sé é a sua fraqueza de caráter, é a falta em vocês de um vivo senso e espírito cristão. Éh bem! Digam então que vocês não têm um pleno conhecimento do Evangelho ou que não têm a coragem de defendê-lo; digam que não têm um verdadeiro amor pela Igreja e pelo Papa, porque não os reconhecem como Deus os estabeleceu com plenos direitos, e como toda a humanidade por tantos séculos os aceitou e respeitou; confessem abertamente a sua fraqueza e ignorância, mas não tentem escondê-la com desculpas, que são a sua condenação óbvia. Não percebem vocês com que força, com que firmeza e clareza, com que perseverança, os partidos subversivos defendem as suas doutrinas destrutivas? Eles merecem o elogio que o senhor deu ao administrador desonesto no Evangelho, enquanto vocês merecem a repreensão do Senhor: "E o senhor elogiou o administrador desonesto porque agiu com astúcia. Com efeito, os filhos deste mundo são mais astutos em tratar com os seus semelhantes do que os filhos da luz" (Lucas 16:8). Oh, lembrem-se sempre de que os únicos motivos dignos para os filhos da luz são a razão, a fé, a esperança e, acima de tudo, a caridade. Esses motivos, quando são fortes e intensos, são capazes de heroísmos que colocam todos os filhos do século em segundo plano, como atestado em todas as páginas da História da Igreja. Mas, infelizmente, e esta é a nossa grande desgraça, nestes tempos nossos, esses motivos santos e nobres têm enfraquecido e esfriado. Daí resulta uma ação relaxada, negligente e defeituosa, que, se não fosse sustentada por apoios naturais que muitos agora consideram indispensáveis, seria totalmente nula. Que, no entanto, na ação política se deve prescindir da religião é um erro gravíssimo em si e perigosíssimo por suas consequências. Certamente, o comerciante que em seu comércio segue os princípios da moralidade e da justiça cristã, mesmo sem recitar o Credo diante de seus clientes, cumpriu todo o seu dever. Mas o católico que entra no campo da vida pública e política, protestando que deseja seguir e implementar o programa cristão-católico, e então prescinde da religião em sua ação, não apenas não cumpre o seu dever, mas o ofende gravemente. Ele engana a si mesmo, engana

o seu próximo e não engana, mas zomba da Igreja e de Deus. Prescindir da religião na vida pública e política? Mas se você, que se diz católico, recorre a esse refúgio para salvar sua ação mais ou menos amorfa e não confessional, como poderá combater, como é seu estrito dever, o erro dominante hoje, o erro ao qual todas as ruínas que lamentamos devem ser atribuídas, ou seja, a separação entre Estado e Igreja; o Estado laico? Como vocês poderão combater todos os outros erros do liberalismo? O que sempre os liberais queriam e diziam, senão isto: Liberdade da religião na vida pública e política? Não sabem que, admitido de qualquer forma um princípio, devem absolutamente suportar todas as consequências? Não vale a pena que recorram ao Centro da Alemanha, uma nação protestante, vocês católicos da Itália, uma nação profundamente católica. Além disso, o Centro foi glorioso enquanto teve homens obedientes à Igreja e ao Papa, como um Windorst. Mas cessados os Windorst, para onde foi o Centro da Alemanha? O católicos italianos, leiam e estudem o Sílabo de Pio IX, onde são expostos e condenados os erros dos liberais, onde podem aprender o caminho seguro que devem seguir na vida pública e política, e retirem-se, retirem-se de um caminho que não deve ser o de vocês: vocês, com suas teorias, por mais atraentes que pareçam, mas completamente erradas, colocaram-se em um caminho que pode parecer bonito, mas cujo destino, na realidade, é a morte. Advertências. O que eu disse e expus ao falar sobre o Partido Popular não contém em si ironia ou amargura. Eu proclamo solenemente que, em meio a um egoísmo tão universal, qualquer pessoa que dedique seu tempo, mente, trabalho e vida ao nobre propósito de curar a Sociedade tem direito ao reconhecimento público. Mesmo que ele se engane na escolha dos meios, ainda assim, a religião deve abençoá-lo e encorajá-lo. Mas quem dirá que ela não deve também dar-lhe seus conselhos e advertências? Quem dirá que ela não deve compartilhar com ele, como prova de sua simpatia, sua sabedoria e seus ensinamentos? Bem, aqui está o conselho e o aviso que eu, não por seguir outros, mas por amor ao meu Deus e ao meu próximo, dou aos meus diocesanos, ao clero e aos leigos. São as orientações que eu, seu Bispo, sinto o dever de trazer a eles, são os ensinamentos que têm o direito de receber de mim. Portanto, nunca esqueçam que trabalhar para reconstruir a sociedade sobre bases sólidas e, portanto, cristãs, é uma empreitada que constitui um verdadeiro apostolado no sentido mais estrito da palavra. Isso significa e implica o triunfo da verdade e da justiça cristã sobre o mundo e, portanto, a glória de Deus em sua expressão mais pura e santa. E, portanto, é absolutamente indispensável para o sucesso desta empreitada que todos aqueles que trabalham para esse fim o façam abertamente em nome de Deus, de Jesus Cristo e do Evangelho, sem o que não podem ser apóstolos de Deus. Se, portanto, o homem que se propõe a trabalhar nessa empreitada não fala e não age abertamente em nome de Deus; se não age como um instrumento dócil de Deus; se não busca decididamente o triunfo da vontade e, portanto, da verdade de Deus; se Deus não entra apenas em parte em seus cálculos, porque o acompanham também o temor e o respeito humano, ou a vaidade, ou o interesse, - então não é mais um apostolado que está sendo exercido, Deus não reconhece nele a sua obra, ele observará de longe os esforços que os homens querem fazer longe Dele, e Suas bênçãos não descerão para coroar de frutos san-

tos uma obra da qual Sua glória está ausente. Nada é mais claro nas Sagradas Escrituras: Deus não concede Sua bênção nem oferece a ajuda de Sua potência à pusilanimidade, ao egoísmo e à ingratidão, sendo que o egoísmo é sua filha primogênita. Ai daqueles que se desviam desses princípios, dos quais a primeira consequência evidente é esta proposição: As batalhas de Deus devem ser travadas em nome de Deus, nunca em nome de um partido, seja qual for o título que o distingue. Deus não tem partidos: Ele é o Pai universal de todos. Jesus Cristo não tem partidos: Ele é o Mestre, o Salvador de todos. A Igreja não tem partidos: ela é a Mãe de todos, que chama amorosamente a todos para seu seio e estende os braços a todos. O Papa não tem partidos: como Vigário de Jesus Cristo e Chefe visível da Igreja, ele possui o amor universal de Jesus Cristo e da Igreja por todos os homens; ele chama todos para o aprisco e estende paternalmente os braços a todos. E não tivemos nós a prova evidente desse amor universal do Papa por todos, nestes anos de terrível guerra e suas terríveis consequências? A palavra "católico" em si mesma, que significa universal e reflete a imensidão de Deus, constitui uma das características da Igreja e nunca pode ser o adjetivo qualificativo de um partido. Isso seria uma contradição nos termos. Além disso, lembremos sempre que qualquer partido, não importa o seu nome, terá mais ou menos do bem, mas nunca representará todo o bem. Assim como os partidos mais perversos, porque o mal não pode existir em si mesmo, mas é uma privação maior ou menor do bem, sempre contêm algo de bom em si; da mesma forma, mesmo os melhores partidos, precisamente porque são partes, mesmo aqueles que estão mais próximos do bem, estarão privados de algum bem. Por essas razões, o novo Partido Popular, embora tenha surgido com nobres objetivos, não pode representar, precisamente porque é um partido, nem de fato representa, como foi devidamente observado, todo o bem, toda a verdade, toda a justiça, todo o conhecimento, toda a sabedoria, todas as doutrinas sociais católicas, nem todos os sentimentos, nem todas as reivindicações do católico como tal, no momento presente. Seu programa tem aspectos positivos, mas não abarca todo o bem; possui muitas deficiências para ser considerado bom; está repleto de equívocos para ser considerado seguro. O verdadeiro católico, portanto, não encontra nele tudo o que deve desejar; encontra muito do que não pode desejar; encontra muito que é discutível. Eu, então, condeno o Partido Popular? Que Deus me livre. Não condeno nada do que, de qualquer forma, pode contribuir para o bem e que, na medida em que pode contribuir para o bem, merece louvor. Mas afirmo que a natureza das coisas, as lições das Escrituras e a experiência da história me dizem e me persuadem de que não será por meio deste partido que a Sociedade se tornará cristã, não será ele que dará aos filhos de Deus a santa alegria de ver o reino de Jesus Cristo reconhecido pela Sociedade. Não condeno nada que possa ser fruto de um nobre desejo e que, como tal, mereça louvor; mas gostaria que ninguém se perdesse no meio do caminho; gostaria que todos se entregassem completamente a Deus, a Jesus Cristo, à Igreja, ao Papa; gostaria que todos subissem mais alto, que todos fossem inflamados com um maior amor por Deus, que todos tivessem a força para se consagrar ao verdadeiro apostolado do Redentor, que todos sentissem mais profundamente o valor de uma vida dedicada sinceramente, abertamente e inteiramente para o

triunfo de Deus, de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Igreja e do Papa. São Lucas nos conta (Atos dos Apóstolos XXVI, 28-29) que São Paulo, apresentado acorrentado ao rei Agripa em Cesareia, explicou com tanta firmeza e entusiasmo o Evangelho de Jesus Cristo que o rei lhe disse: "Por pouco, Paulo, você me persuade a me tornar cristão". E São Paulo respondeu: "Que Deus permita que, não apenas você, mas todos os que estão ouvindo, se tornem hoje como eu, exceto por estas correntes". Assim, eu gostaria de ver todos os meus fiéis, clero e leigos, convertidos pelo verdadeiro amor a Nosso Senhor Jesus Cristo em tantos verdadeiros, zelosos e incansáveis Apóstolos dele. Dir-se-á que, buscando o ótimo, impedimos o bom? Busquemos, queridos, o fim para o qual devemos nos esforçar com esta nossa ação de santo apostolado. Não desejamos impedir nenhum bem, pois é pelo bem que se chega ao ótimo; mas é necessário que não caiamos vítimas de ilusões, é necessário que evitemos ficar sempre de mãos vazias. De que maneira Nosso Senhor Jesus Cristo anunciou a verdade do Pai Celestial? Talvez a tenha atenuado para que os judeus a aceitassem mais facilmente? De que maneira os Apóstolos anunciaram o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo? Talvez o tenham atenuado, ou apenas em parte, para que o mundo pagão se submetesse mais facilmente ao Salvador?

De que forma os santos mártires defenderam as verdades cristãs? Talvez as tenham atenuado, ou apenas as tenham defendido ou velado em parte, para escapar das zombarias, escárnios e tormentos dos perseguidores? Oh! Lembremo-nos sempre, queridos, que existem coisas e ideias que não são suscetíveis de atenuação, divisão ou fragmentação. São os dogmas, a moral, Deus, Jesus Cristo. Se vocês não aceitarem tudo isso sem restrições; se, com restrições, vocês promoverem, defenderem e reivindicarem o programa católico, vocês só obterão frutos limitados e nunca conseguirão estabelecer a Sociedade sobre bases cristãs. Vocês não terão em suas mãos a causa de Deus e de Jesus Cristo, mas a que vocês mesmos construíram; vocês não serão os corajosos cavaleiros e santos apóstolos de Deus e de Jesus Cristo, mas apenas pobres e miseráveis cavaleiros e apóstolos de suas próprias ideias. Portanto, saibam que a doutrina cristã, expressão da verdade de Deus na terra, não pode ser dividida ou fragmentada. Ela é como uma túnica ininterrupta, é toda de uma só peça. Deus, Jesus Cristo, a Igreja, o Papa, os direitos que Deus concedeu à Igreja e ao Papa, formam um todo unido, um complexo de coisas inseparáveis, e, o que deve ser bem lembrado, inteiramente independentes da vontade dos homens. Querer apenas uma parte da vontade de Deus, desejar apenas um pouco de cristianismo e, assim, esperar estar em paz com Deus, ser chamado de Seus soldados e cavaleiros, é impossível. Neste assunto, é tudo ou nada. O Evangelho não contém um único capítulo, um único versículo que seja supérfluo e que possa, portanto, ser retirado ou negligenciado conforme nossa conveniência. Aqui está, meus queridos, o grande equívoco dos nossos tempos, o equívoco em que, repito, muitas pessoas boas, inclusive do clero, caem e continuam a cair. Na verdade, estamos nos tornando juízes da obra de Nosso Senhor Jesus Cristo, determinando, de acordo com nosso pobre julgamento, o que é útil nela e o que não é; pegamos uma parte e deixamos outra; ajustamos e adaptamos conforme nos parece apropriado. E o que acontece então? O que

acontece é necessariamente o que já apontei. Assim como não se segue a vontade de Deus com restrição e reservas, também não se colhem os frutos de nosso trabalho senão com restrição e reservas, quando deveriam ser abundantes. Como nós nos aproximamos de Deus de forma oblíqua, Ele também vem até nós de forma oblíqua. Nós cumprimos apenas parte de nosso dever para com Deus, e assim colhemos apenas parte dos benefícios do cristianismo. A ajuda que Deus nos dá é justamente limitada. Ela é suficiente para não morrermos, mas insuficiente para vivermos. Nós definhamos, nós nos arrastamos com dificuldade. Precisamos respirar o cristianismo profundamente, este é o nosso oxigênio; se a atmosfera em que deliberadamente nos colocamos é muito fraca, muito rarefeita, ou muito corrompida, porque os princípios cristãos estão muito diluídos nela, viveremos com dificuldade e nos moveremos nela com grande esforço. Não é essa a realidade?

Ó cristãos! Ó católicos! Ouçam, então, a repreensão do profeta Elias: "Até quando vocês ficarão oscilando entre dois pensamentos? Se o Senhor é Deus, sigam-no". Se vocês acreditam em Nosso Senhor Jesus Cristo; se Ele é Deus aos seus olhos; se vocês julgam que as verdades e princípios cristãos são necessários para as pessoas e as coisas: não discutam com o Altíssimo, submetam-se inteiramente a Ele, não se envergonhem d'Ele, não ocultem nenhuma parte do sinal que Ele imprimiu em suas testas, para que, quando Seu anjo passar, ele não os atinja e torne suas labutas infrutíferas. Eu repito mais uma vez: Deus nunca fará com que Seus dons sobrenaturais sirvam a uma causa que não seja a Dele, e as multidões receberão com desconfiança um apostolado que pode lhes parecer inconsistente e, portanto, interessado. Eu abençoo todos vocês de todo o coração e peço ao Senhor que "vos encha de bens, dê a todos um coração para adorá-lo e cumprir a Sua vontade com grande coração e espírito cheio de ardor, abra o vosso coração para a Sua lei e os Seus mandamentos e vos dê paz, ouça as vossas orações, se reconcilie convosco e não vos abandone nos tempos difíceis (II Macabeus 1, 2-5)".

Gênova, festa de São Tiago Apóstolo, 25 de julho de 1920.
+ T. P. Cardeal BOGGIANI, Arcebispo.

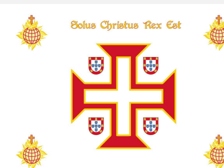
10 Notificações

10.1 O Clero e os Partidos Políticos.

De acordo com o que foi dito nesta carta, renovamos a proibição, já feita e publicada em nossa "Revista Diocesana" de maio passado, a todos e cada um dos Sacerdotes e especialmente aos Párocos de nossa Arquidiocese, de participar ATIVAMENTE na ação de qualquer partido político, incluindo o Partido Popular, e de fazer parte, sob qualquer pretexto ou título, de suas respectivas direções, comitês, seções ou de outros centros ativos e de propaganda, independentemente de como se chamem. Isso é para evitar todos os possíveis mal-entendidos que podem envolver os Sacerdotes em geral e os Párocos em particular, em responsabilidades e implicações que prejudicam a santidade, a liberdade e a eficácia de seu ministério; inconvenientes graves nos quais, por necessidade das coisas, cai o Sacerdote que, esquecendo a santidade de seu ministério, se une aos agitadores políticos. Os deveres do Sacerdote e do Pároco são muito maiores, mais santos e mais graves. Uma vida imaculada, desinteressada, acima de qualquer suspeita, animada por um espírito de devoção, oração e sacrifício, que sempre dê bom exemplo a todos; obras de misericórdia corporais e espirituais, praticadas de acordo com a condição e possibilidade de cada um; as obras do ministério eclesiástico, especialmente a explicação do Evangelho, o catecismo para adultos, a doutrina para crianças, o atendimento no confessionário e aos doentes: esses são os meios eficazes da grande e santa política que o sacerdote deve realizar, uma política realizada em nome do Salvador e para o bem de todos. Essa política, dirigida para a santificação de cada um e de todos, deve necessariamente contribuir para a renovação da Sociedade, se a Sociedade moderna ainda for capaz disso. “Clerus nec agitationes nec multo minus seditiones participet, sed potius optima quaque verbis et exemplo suadens, concitatos animos opportune tranquillet”. (Benedetto XV, nella sua recente Lettera all’Episcopato Veneto).







10.2 Os locais das Associações Católicas e os partidos políticos.

Por todas as razões expostas também nesta nossa carta, e especialmente para evitar que as nossas Associações Católicas se envolvam nas responsabilidades e hostilidades às quais normalmente os partidos políticos estão sujeitos, proibimos a todas as mencionadas Associações da nossa Arquidiocese de cederem os seus espaços para reuniões, conferências ou qualquer outro motivo a partidos políticos, incluindo o Partido Popular. Os respectivos Reverendos Párocos, Assistentes Eclesiásticos e a Junta Diocesana devem vigiar rigorosamente o cumprimento desta proibição e relatar imediatamente a nós qualquer caso de transgressão.

10.3 A "Unione Popolare".

A "Unione Popolare" entre os católicos da Itália, para seus fins gerais, compreende, promove e representa toda a Ação Católica Italiana. Atividades específicas são organizadas e regulamentadas por Uniões e Obras Nacionais, todas coordenadas pela "Unione Popolare", da qual obtêm uma direção programática comum.

A "Unione Popolare" tem como objetivo a defesa e implementação da ordem social e da civilização cristã de acordo com os ensinamentos da Igreja e as diretrizes da Santa Sé: reunindo os católicos italianos e coordenando suas várias associações em uma única força para cumprir este supremo dever comum; educando a consciência social, civil, moral e religiosa do povo através da ampla disseminação da cultura católica em formas adequadas a todos os níveis de educação; promovendo a organização e o crescimento de todas as formas de ação católica.

Esta "Unione Popolare" é desejada, abençoada e recomendada pelo Papa; em cada paróquia deve haver o Conselho ou Grupo paroquial desta União; todos os membros de nossas Associações Católicas devem ser inscritos nela.

Este é um campo vasto, fora de qualquer partido político, onde o Clero pode trabalhar com todo o seu zelo sem o perigo de desviar-se do caminho certo ou incorrer em responsabilidades ou hostilidades prejudiciais ao seu sagrado ministério. Portanto, recomendo vivamente esta obra a todo o clero, especialmente aos Reverendos Párocos. Cada um deles deve estabelecer o seu Grupo paroquial da "Unione Popolare" na sua paróquia, mantê-lo ativo e fervoroso, e estendê-lo o máximo possível.

Nenhum bom cristão deveria ficar de fora, pois este é um meio fácil e eficaz para que todos contribuam, pelo menos de alguma forma, para a grande obra de restaurar o cristianismo na sociedade. Muitas paróquias de nossa Arquidiocese ainda não têm o Grupo da "Unione Popolare".

Os afiliados à União em toda a Arquidiocese, em 1918, eram 3678, em 1919, diminuíram para 3548. São muito poucos em si; muito poucos em comparação com a população da Arquidiocese, que ultrapassa 600.000 almas; é um mau sinal a diminuição do número de afiliados.

10.4 Os Papas condenam o modernismo social:

"Para os modernistas, o Estado deve se separar da Igreja e, por igual razão, o católico do cidadão. Daqui decorre que o católico, por ser também cidadão, tem o direito e o dever, sem se importar com a autoridade da Igreja, seus desejos, conselhos e comandos, desconsiderando também suas repreensões, de fazer o que julgar conveniente para o bem da pátria. Querer impor ao cidadão uma linha de conduta sob qualquer pretexto é um verdadeiro abuso de poder eclesiástico a ser rejeitado com todo esforço." - São Pio X, Encíclica Pascendi Dominici gregis, 8/09/1907.

"Muitos, de fato, acreditam ou afirmam manter as doutrinas católicas sobre autoridade

social, direito de propriedade, relações entre capital e trabalho, direitos dos trabalhadores, relações entre Igreja e Estado, entre religião e pátria, entre classe e classe, entre nação e nação, sobre os direitos da Santa Sé e as prerrogativas do Romano Pontífice e do episcopado, sobre os direitos sociais de Nosso Senhor Cristo, Criador, Redentor, Senhor dos indivíduos e dos povos. Mas então falam, escrevem e, o que é pior, agem como se não fossem mais seguidores, ou não com a mesma rigorosidade de antes, das doutrinas e prescrições solenemente e inevitavelmente lembradas e ensinadas em tantos documentos pontifícios, nomeadamente de Leão XIII, Pio X e Bento XV. Contra esse tipo de modernismo moral, jurídico e social, não menos condenável que o conhecido modernismo dogmático, é necessário, portanto, reafirmar essas doutrinas e prescrições que mencionamos (...) e impor sua observância." - Papa Pio XI, Ubi Arcano, 23/12/1922.

Contribua

Nossa Editora prima pela divulgação do conhecimento, ajude a manter nosso trabalho.

Chave PIX



larsan.mateus@gmail.com

Carteira Nano



Só Cristo é Rei!

